

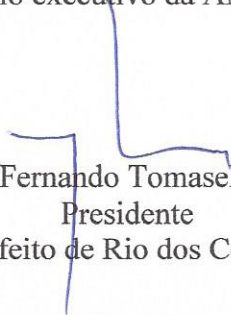
1 **ATA DA 448ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE**
3 **OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às quinze horas e quinze minutos, no
5 Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima
6 quadragésima oitava Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do
7 Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando
8 Tomaselli e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais
9 convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu
10 a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o
11 presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da
12 assembleia anterior; 2 – Apresentação da Universidade Federal de Santa Catarina; 3 – Movimento
13 econômico; 4 – Saneamento básico; 5 – Encerramento de mandato; 6 – Assuntos gerais. O presidente
14 apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi
15 encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado
16 por unanimidade. Em seguida, o presidente falou que a apresentação da Universidade Federal de
17 Santa Catarina (UFSC) foi tirada de pauta, pois a Universidade não pode se fazer presente e o assunto
18 deve ser tratado em fevereiro do próximo ano. Em prosseguimento à pauta, o assessor econômico da
19 AMMVI, senhor Célio Francisco Simão, lembrou que na última assembleia geral ordinária, os
20 prefeitos solicitaram explicações sobre a queda na arrecadação e o espaço que a região vem perdendo
21 na partilha do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e no Valor Adicionado
22 (VA). O assessor apresentou alguns índices do VA para dois mil e dezessete. Se comparados com o
23 ano anterior, os índices do VA terão queda nos municípios de Apiúna, Acurra, Blumenau, Brusque,
24 Guabiruba e Rio dos Cedros. Na região da AMMVI, a variação no índice do VA caiu 2,95%, o que
25 significa que a região está perdendo espaço no estado. Já na variação do VA dois mil e quinze/dois
26 mil e catorze, a região da AMMVI subiu para 3,68%, enquanto que o Estado para 3,72%. Porém,
27 segundo ele, tais valores ainda podem mudar, pois alguns dados estão em fase de julgamento, o que
28 pode, eventualmente, agravar mais a situação da região. O senhor Simão apresentou aos prefeitos a
29 variação do VA de dois mil e doze a dois mil e quinze, facilitando a análise dos prefeitos. Depois, o
30 assessor econômico apresentou a taxa de variação do índice de dois mil e doze a dois mil e quinze de
31 cada um dos municípios da AMMVI, sinalizando que Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Doutor
32 Pedrinho, Gaspar, Indaial e Rodeio obtiveram aumento, ao contrário dos demais em que a taxa ficou
33 negativa. Já em relação ao ano passado, cresceram na taxa de variação do índice os municípios de
34 Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Pomerode, Rodeio e Timbó. Em seguida, o
35 senhor Simão apresentou o ranking das vinte e cinco maiores variações do estado de dois mil e doze
36 a dois mil e quinze, em que o topo foi alcançado por Abdon Batista, com variação de 158%, seguido
37 de Araquari – 75%; Bom Jardim da Serra – 57%; Anita Garibaldi – 55%; e Três Barras – 55%. Tais
38 crescimentos se justificam por investimentos em infraestrutura e instalação de grandes companhias,
39 o que tem dificultado o crescimento do Médio Vale do Itajaí. Por isso, é relevante que o
40 desenvolvimento econômico da região seja alavancado com a instalação de empreendimentos. Já no
41 ranking dos menores crescimentos, aparecem os municípios de Brusque, Guabiruba e Rio dos Cedros.
42 O senhor Simão também apresentou a participação das Associações de Municípios no estado, em que
43 atualmente a AMMVI representa 12,1% e está em segunda posição, só atrás da região de Joinville, o
44 que denota que as maiores regiões do estado estão perdendo o crescimento devido ao investimento
45 em outras regiões do estado. Conforme os dados, a região da AMMVI cresceu 2,1% em dois mil e
46 treze, 5,6% em dois mil e catorze e, em dois mil e quinze houve queda de 12%. Segundo o assessor
47 econômico, os vinte e cinco maiores municípios do estado são responsáveis por quase 60% do VA
48 gerado e ficam com 60% do ICMS, dentre eles estão Blumenau, Brusque, Gaspar e Indaial. A

49 AMMVI fica com quase 10% do ICMS gerado. O senhor Simão apresentou ainda os vinte e cinco
50 municípios com maior VA per capita de Santa Catarina e os vinte e cinco menores no mesmo índice.
51 Na região do Médio Vale, o município com maior VA per capita é Apiúna, seguido de Pomerode e
52 Botuverá, que ocupam a posição 27º, 34º e 54º no ranking estadual, respectivamente. Neste tópico,
53 foi apresentado ainda aos prefeitos a participação dos setores na economia da região, sendo que de
54 dois mil e doze a dois mil e quinze houve a seguinte variação: 11,90% de crescimento na indústria;
55 3,14% de acréscimo no comércio; queda de 0,08% na prestação de serviços; e incremento de 0,55%
56 na agropecuária. Após, o senhor Simão apresentou a evolução destes setores em cada um dos
57 municípios nos últimos quatro anos, cujo relatório será posteriormente enviado aos prefeitos. Além
58 disso, foi repassado aos gestores a evolução do índice de participação no retorno do ICMS nos últimos
59 vinte e cinco anos e, nestes gráficos, observa-se queda na maioria dos municípios nos últimos anos.
60 Para o assessor econômico, é necessário analisar o motivo da inclinação no índice, o que pode ser
61 provocado, por exemplo, pelo incentivo do Estado aos municípios de grande porte em detrimento dos
62 pequenos e médios. Para tanto, é necessário o acompanhamento das normatizações publicadas pelo
63 governo estadual, que pode, eventualmente, beneficiar determinadas regiões. Continuando a reunião,
64 no quarto assunto da pauta o presidente citou o ofício enviado pela prefeitura de Timbó à AMMVI
65 no dia vinte de outubro de dois mil e dezesseis, pedindo para incluir na ordem do dia da assembleia
66 o levantamento de dados e a análise da vulnerabilidade a desastres. Parte deste trabalho foi realizado
67 em Timbó por empresas contratadas e responsáveis por estudos de campo e tratamento de dados
68 baseados nos produtos da CPRM (Setorização de Áreas de Risco), cujo estudo faz parte do projeto
69 de Mapeamento de Riscos de Desastres, do Ministério da Integração Nacional. Este levantamento de
70 dados foi feito em diversos municípios brasileiros considerados prioritários pela Casa Civil da
71 Presidência da República. Na região da AMMVI, foram contemplados com o estudo os municípios
72 de Botuverá, Brusque, Gaspar, Pomerode e Timbó. Em decorrência deste levantamento, foram
73 apresentados relatórios que, em síntese, além da descrição e tipologia de cada área, alertam para os
74 graves riscos a que estão expostos os moradores e as edificações, oferecendo sugestões de
75 intervenções. No caso específico de Timbó, a Promotoria de Justiça cientificou o município acerca
76 da denúncia feita à Ouvidoria do Ministério Público Estadual questionando sobre as providências que
77 os municípios catarinenses estão adotando em relação às medidas apontadas pela CPRM. Após
78 manifestação do Poder Público, foi feito o arquivamento da denúncia. Por se tratar de assunto afeto
79 aos municípios da AMMVI, este tema foi colocado em pauta na assembleia para que os prefeitos
80 busquem construir conjuntamente uma solução para o problema apresentado. O secretário executivo
81 da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, falou brevemente sobre a revisão dos Planos Municipais de
82 Saneamento Básico, cujo trabalho de revisão está sendo auxiliado pela Associação, sendo que alguns
83 municípios já publicaram decretos a respeito do respectivo assunto. Ele salientou ainda que todos os
84 municípios receberam do Ministério Público ofício e questionário sobre resíduos sólidos. Referente
85 a isso, a AMMVI procurou o MP/SC para ampliar diálogo sobre o tema, momento em que o promotor
86 da área entendeu a problemática dos municípios e também reconheceu que não tinha conhecimento
87 do trabalho que já vinha sendo executado pela AMMVI nos últimos anos, ficando deliberada uma
88 nova rodada de negociação no início de dois mil e dezessete. O senhor Corrêa lembrou ainda que há
89 dois grupos de trabalho em andamento: um na área de terraplanagem; outro relacionado ao
90 diagnóstico socioambiental. Neste, o arquiteto e urbanista da AMMVI, senhor Richard Buchinski,
91 relatou que participou da última reunião do grupo, em que foi abordado sobre áreas suscetíveis a
92 inundação ou risco de inundação. Neste tópico, Indaial e Rio dos Cedros vêm sendo tratados como
93 municípios-piloto e agora estão na fase de mapeamento das áreas suscetíveis a inundação para
94 andamento do projeto, uma vez que muitos desses espaços estão cravados nas Áreas Urbanas
95 Consolidadas (AUC) e, para o diagnóstico socioambiental, é necessário separá-las e criar uma
96 metodologia que facilite a forma de trabalho e justifique os devidos recuos. O arquiteto informou que

97 foi feito o mapeamento para Indaial, porém na apresentação deste, os técnicos sinalizaram algumas
98 divergências, em função da diferença dos métodos aplicados para o estudo. O mesmo trabalho será
99 feito em Rio dos Cedros. Segundo ele, a elaboração dos textos do diagnóstico está avançada e a
100 previsão é que no próximo ano este trabalho seja desenvolvido nos demais municípios da Associação.
101 Para ele, a importância das AUC é o mapeamento para se ter corretamente os recuos de cada área em
102 relação aos rios, para que se possa justificar algumas ações. Em relação ao ofício recebido pela
103 prefeitura de Timbó, o senhor Buchinski disse que procurou por alguma legislação nova a respeito e
104 observou que no Ministério da Integração Nacional há um trabalho relacionado às áreas suscetíveis a
105 risco em andamento. Segundo dados do estudo feito pelo Ministério da Integração Nacional para o
106 município de Timbó, foram detectadas áreas de alto risco, abrangendo quase a totalidade o município
107 com áreas com risco de deslizamento e inundação. Este trabalho será utilizado no diagnóstico
108 socioambiental dos municípios e, após, também será aproveitado na revisão dos Planos Diretores de
109 Desenvolvimento Sustentável. Para o secretário executivo da AMMVI, é relevante analisar se tais
110 dados apresentados pela CPRM são fidedignos, pois algumas informações podem contrastar com a
111 realidade dos municípios. O senhor Corrêa citou ainda que a Associação está trabalhando em parceria
112 com o Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (Ceops) e
113 contratou professores do quadro da Universidade Regional de Blumenau (Furb) para auxiliar no
114 desenvolvimento do diagnóstico socioambiental, pois a credibilidade da instituição e a formação de
115 seus docentes podem auxiliar na elaboração do estudo. O presidente frisou que todos os municípios
116 da AMMVI estão caminhando juntos na elaboração do diagnóstico ambiental e o projeto-piloto vem
117 sendo aplicado em Indaial e Rio dos Cedros para definição e análise da metodologia. O prefeito de
118 Apiúna, senhor Nicanor Morro, questionou o prazo para conclusão do diagnóstico socioambiental, ao
119 que o presidente explicou que a previsão é até final do primeiro trimestre em Indaial e Rio dos Cedros.
120 O senhor Buchinski salientou que o MP/SC está sendo parceiro de todo o trabalho desenvolvido pela
121 AMMVI na área de saneamento básico, terraplanagem e diagnóstico socioambiental, logo, as
122 decisões tomadas são de comum acordo, impedindo eventuais divergências futuras. Neste tema da
123 pauta, os prefeitos deliberaram que os promotores sejam convidados para as reuniões dos grupos de
124 trabalho e possam colaborar com as discussões e encontrar soluções viáveis aos municípios.
125 Conforme o presidente, no que tange o diagnóstico socioambiental, são tratadas questões relacionadas
126 aos recuos do rio e áreas alagáveis. O presidente disse ainda que a AMMVI vai encaminhar ofício
127 aos Ministério da Integração Nacional e questionar os dados apresentados no levantamento de dados
128 e análise da vulnerabilidade a desastres, solicitando quais os critérios técnicos utilizados para o
129 estudo. Na sequência, o secretário executivo apresentou aos prefeitos o quadro com o montante
130 realizado líquido do ano passado e deste ano referente as receitas principais dos municípios: Fundo
131 de Participação dos Municípios (FPM), ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
132 (IPVA) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
133 Profissionais da Educação (Fundeb). Consoante ele, se os municípios do Médio Vale tivessem
134 arrecadado o mesmo valor do ano passado, acrescido o valor da inflação, o montante teria o
135 incremento de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). O senhor Corrêa citou ainda os
136 recorrentes atrasos no repasse de recursos dos programas do governo estadual e federal na Saúde,
137 Educação e Assistência Social. Além disso, há o valor a receber pelos Municípios da corta-parte do
138 ICMS da Celesc que foi repassada ao Fundo Social do Estado. A previsão é que em todas estas três
139 áreas fiquem recursos pendentes para o próximo ano e, devido a isso, o secretário executivo reforçou
140 que os prefeitos devem registrar os créditos a receber em seus respectivos balanços contábeis e que
141 os contadores estão sendo orientados para isso. Na Saúde, o Estado deve valor superior a R\$
142 94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais), na Educação ultrapassa R\$ 26.000.000,00 (vinte
143 e seis milhões) e na Assistência Social R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões). Já o governo federal, só
144 na Saúde está em atraso o valor superior a R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais). O senhor

145 Corrêa salientou que a AMMVI está dando toda assistência aos Municípios no que tange os balanços
146 de encerramento de mandato, como também lembrou os prefeitos que, segundo o artigo 42 da Lei de
147 Responsabilidade Fiscal (LRF), não se pode deixar despesas sem recurso para pagamento a curto
148 prazo. Além disso, é imprescindível seguir a aplicação mínima exigida pela Constituição Federal com
149 saúde e educação e os limites da LRF com gastos de pessoal. Embora na região todos os municípios
150 já investem valor superior às exigências constitucionais, há ainda um trabalho forte para não
151 ultrapassar este limite na área de pessoal, o que algumas prefeituras têm enfrentado sérias
152 dificuldades. O secretário pediu ainda atenção aos relatórios da Instrução Normativa nº 20, do
153 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e afirmou que a AMMVI fará este ano
154 treinamento na região sobre o assunto. O senhor Corrêa informou que orientações sobre a transição
155 de governo serão repassadas aos prefeitos e ressaltou a necessidades dos novos gestores tomarem
156 conhecimento de documentações relacionadas à contabilidade, pessoal, licitações, contratos,
157 tributação, dívidas, convênios e TACs. Progredindo para assuntos gerais, o secretário executivo da
158 AMMVI repassou aos prefeitos o expediente dos municípios no dia vinte e oito de outubro – Dia do
159 Servidor Público – e dia catorze de novembro – véspera de feriado. Informou ainda que a AMMVI
160 fará levantamento do recesso dos municípios e que a Associação não terá férias coletivas neste ano.
161 O secretário executivo falou também dos pontos principais que a entidade tratará no próximo ano,
162 como gestão e arrecadação municipal. Permanecendo em assuntos gerais, o secretário executivo
163 passou a palavra ao prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, que desabafou sobre o estado
164 deplorável da rodovia federal BR-470, que se encontra com inúmeras crateras e não sofre manutenção
165 há longa data, dificultando o deslocamento e causando riscos de acidentes. O prefeito ressaltou ainda
166 que já passaram três anos desde a assinatura da ordem de serviço para a duplicação e até o momento
167 as obras estão a passos lentos. Para ele, não se deve tratar somente de concessão, mas sim pensar na
168 recuperação e na manutenção da rodovia, cuja promessa era de participação no Crema, programa do
169 governo federal administrado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e
170 não vem acontecendo, causando a impressão que a falta de conservação do trajeto é do prefeito,
171 ficando a este somente a responsabilidade de manutenção da área verde. O prefeito falou ainda do
172 horário de verão da prefeitura de Indaial, em que foi surpreendido por indagação do MP/SC alegando
173 que o horário reduzido causaria uma ineficiência do serviço público. Em resposta, o prefeito reforçou
174 que tal atitude sinaliza economicidade e, além disso, o decreto segue até dia trinta e um de dezembro,
175 cabendo ao gestor subsequente a decisão de continuidade ou não. A promotora, conforme o prefeito,
176 sugeriu a revogação do ato, o que não foi aceita pela Administração Pública, a qual concordou
177 somente de manter o horário de expediente normal na Secretaria Municipal de Saúde e no Conselho
178 Tutelar. Os prefeitos decidiram ainda a concessão aos colaboradores da AMMVI do ponto-facultativo
179 no dia catorze de novembro, pois dois terços dos municípios não terão expediente. Finalizando a
180 reunião, os prefeitos deliberaram que a próxima assembleia geral ordinária será no dia sete de
181 dezembro, com horário a definir. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI
182 encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a
183 presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo
184 senhor secretário executivo da AMMVI.


Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

185